

## VIAGEM DE DESCOBRIMENTO AO RIO MADEIRA E SUAS VERTENTES POR FRANCISCO DE MELO PALHETA<sup>1</sup>

EMANUEL PONTES PINTO<sup>2</sup>

### Introdução

Um fato histórico ocorrido nesta região há 290 anos, iniciou com a saída do porto da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, no dia 11 de novembro de 1722, de uma expedição militar fluvial chefiada pelo Sargento Mor Francisco de Melo Palheta para efetuar o descobrimento do Rio Madeira e suas vertentes.

Além dessa determinação, competia ainda ao seu comandante averiguar as causas dos conflitos entre portugueses e espanhóis no ocidente colonial e a identificação dos territórios limítrofes que, naquele espaço geográfico, deveriam ser considerados domínios do rei de Portugal.

Nessa época, o antagonismo territorial entre portugueses e espanhóis fora sensivelmente alterado pelas indefinições contidas no Tratado de Tordesilhas (1494) e, isto, impõe historiar alguns fatos posteriores a sua vigência.

Referencio, de início, a autoria do descobrimento de um grande estuário, próximo à linha equatorial, que despeja um turbilhão de água doce e barrenta no Oceano Atlântico, afirmando que o nauta português e cosmógrafo Duarte Pereira Pacheco, em seu relato *Esmeraldo de Situ Orbis*, indica ter realizado durante uma viagem clandestina de reconhecimento em 1498, para confirmar a existência de um longínquo lugar, no terceiro ano do reinado de D. Manuel, o Venturoso, de Portugal: “... onde é achada e navegada uma grande terra firme, com muitas e grandes ilhas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no I Seminário de História Militar na Amazônia Brasileira – SEHMA, realizado em Manaus pelo Comando Militar da Amazônia entre os dias 22 e 23 de novembro de 2012 .

<sup>2</sup> Historiador, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de lerdesa da linha equinocial contra o pólo norte ...”.* (SILVA, 1921 apud PINTO, 2012, p. 75).

Alguns historiadores e cronistas, porém, desprezando estas indicações, apontam o navegador espanhol Vicente Yanes Pinson como descobridor, entre 1499/1500, de um imenso estuário, que derrama suas águas no Oceano Atlântico por cerca de 40 léguas, denominando-o de *Santa Maria de La Mar Dulce* e de Piracora a enseada onde ancorou.

As adulterações cartográficas das resoluções de Tordesilhas que vinham ocorrendo, fizeram crescer as divergências ente os dois países, levando as suas naus a torcerem e empurrarem a seu talante o traçado estabelecido. A partilha do mundo desconhecido, idealizada pelo Papa Alexandre VI, natural de Valença, representava um donativo seu, ao rei de sua terra natal, com a pretensão de dilatar a hegemonia espanhola sobre quatro quintos do mundo.

O prelúdio da conquista de territórios desconhecidos na parte austral da América ficou marcado pela expedição organizada e chefiada pelo português Aleixo Garcia, em 1526, que partiu do litoral de Santa Catarina guiado por indígenas guaranis, pelo insólito caminho de Peabiru até os Andes, contendo este feito especiais significações geográficas e temporais. Depois houve a arremetida da expedição inicialmente chefiada por Gonçalo Pizarro, Governador da Audiência de Quito, na Perúvia - comandada depois pelo seu adjunto Francisco de Orelana (1540/1542) -, pelos manadeiros de um caudaloso estuário até sua foz denominado pelo missionário dominicano Gaspar de Carvajal de Rio das Amazonas, após a formulação que fez de uma caricata guerrilha fluvial no seu curso, entre destemidas mulheres e a guarnição de bergantins espanhóis.

Após o anúncio da conquista desse caudal, houve a contestação empreendida pela expedição fluvial sob o comando do Capitão-Mor Pedro Teixeira, determinada pelo governador do

Estado do Maranhão e Grão-Pará - acobertado, desta vez, pelas disposições da União Ibérica (1580-1640) -, para subir o estuário amazônico chefiando apetrechada flotilha fluvial até a Audiência de Quito, a fim de efetuar reconhecimentos em suas margens e nas de seus afluentes, destacando, também, os lugares onde instalar fortificações ou fundar povoados. Ao retornar, defronte das bocainas de um rio, denominado rio do Ouro, tomou posse daquelas terras em nome do “El Rei Felipe IV, nosso Senhor, pela Coroa de Portugal”, identificando a amplitude dos domínios da Coroa portuguesa - ostentada, também, pelo referido soberano -, nas margens do Rio Amazonas, a partir de 16 de agosto de 1639.

Realizou Pedro Teixeira com essa diligência, um feito que os espanhóis julgavam difícil, pois vencera o amplíssimo curso do Rio das Amazonas, navegando sempre contra forte correnteza. A integridade de grande porção do território colonial brasileiro foi por ele empreendida, visto que, sem isto, os espanhóis teriam avançado na Amazônia mais do que lhes fora indicado, pois desejavam ter o domínio integral da planície, para estabelecer uma ligação fluvial pelo Norte entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

Ficaram assim destacadas, naquela região, as áreas de domínio da Coroa de Portugal. Porém, por sua vez, militares, missionários e sertanistas espanhóis haviam viajado pelos Rios da Prata e Paraguai, ultrapassando os contrafortes da Cordilheira dos Parecís para alcançar as vertentes de outros rios que derramam suas águas na bacia amazônica. O pioneiro dessa arrancada foi o capitão espanhol Nuflo de Chaves, que, após transpor o Lago Xarayes, fundou, em 1561, o povoado Santa Cruz de La Sierra, nas vertentes do Rio Guapay ou Mamoré e ali faleceu.

Naquele lugar remoto foram organizadas três expedições de missionários jesuítas espanhóis, para assentar oito reduções nas áreas dos indígenas Chiquitos entre os Rios Guaporé e Mamoré: S. João Batista (1.600 almas), S. José (2.715 almas), S. Rafael (2.746 almas), S. Miguel (3.278 almas), S. Inácio (2.340 almas), S.

Ana (1,787 almas), S. Tiago (1.614 almas) e Sagrado Coração de Jesus (2.287 almas), totalizando 18.367 almas.

Depois, o Padre jesuíta Diogo Martinez, procedente de Lima, transpôs em 1586 a região dos Chiquitos, para instalar nas margens do lago Azera, no Rio Mamoré, a primeira missão entre os indígenas Moxos, denominada Nossa Senhora de Loreto (3.822 almas), que foram se disseminando nos barrancos daquele grande estuário e algumas na margem esquerda do Rio Guaporé, somando, no alvorecer do século XVII, 21 missões dirigidas por 42 sacerdotes e 3 irmãos leigos, catequizando 33.290 almas, afora a missão de Santa Rosa que o padre Atanasio Teodoro estava instalando na margem direita do Rio Guaporé, próxima a sua confluência com o Rio Mamoré, invadindo áreas de respeito da Coroa de Portugal, para plantar gêneros de subsistência, criar gado bovino, cavalar, suíno, explorar ouro e colher drogas da natureza.

A entrada de missionários portugueses pela foz do Rio Madeira ocorreu somente em 1640, onde a ferocidades da numerosa população indígena era propalada e temida. Os primeiros sacerdotes jesuítas que nele atuaram foram os padres Manuel Pires e Grazoni, após saírem do Rio Tapajós para instalar, na ilha de Tupinambarana, a missão para centralizar ali suas atividades.

A expulsão do padre Antônio Vieira e outros sacerdotes jesuítas da cidade de Belém do Grão-Pará em 1661, não impediu que os missionários no interior prosseguissem em atividades, como aconteceu com os padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi. Apoiados por um filho do principal cacique dos indígenas Iruris, educado no colégio Santo Alexandre, em Belém, eles retornaram ao Rio Madeira, reergueram em 1668, as missões instaladas por seus antecessores e criaram outras entre os indígenas Paraparixana, Aripuanã, Onicoré e Torerise, algumas delas concentrando mais ou menos 20 aldeolas.

O escambo com os nativos de produtos da natureza atraiu coletores cativos e seus patrões, de outros pagos aos barrancos do Rio Madeira. Nessa faina, eles subiram o seu curso até a região das cachoeiras e dos grandes saltos, aonde outros indígenas, vindos das missões jesuíticas espanholas instaladas nas suas vertentes, passaram a ameaçar a hegemonia territorial lusitana naqueles longes.

Quando o Governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, Capitão General João da Maia da Gama, foi cientificado dessa invasão, imediatamente designou, em 1722, o Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta para ir identificar as suas nascentes e as de seus formadores, certificando-se de tudo a que vinha ocorrendo no ocidente daquele território sob sua jurisdição.

### **Viagem de Francisco de Melo Palheta**

A descrição sobre as atividades da flotilha fluvial comandada pelo Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta, foi realizada por um narrador anônimo, pois o detalhado documento permanece sem identificação de autoria, mas, em alguns parágrafos, há sinais de ter sido elaborada pelo próprio Cabo da jornada e essa fragrante manifestação não tem sido contestada<sup>3</sup>.

Ao aceitar como confiáveis essas revelações, passo a expor que a referida diligência saiu da cidade de Belém na manhã de 11 de novembro de 1722, vindo até o porto apresentar cumprimentos aos viajantes o governador da Capitania do Grão-Pará acompanhado da nobreza da terra.

A flotilha era constituída por duas galeras (Santa Eufrozina e Santo Inácio), três galeotas (Santa Rita, Menino Deus e Santa

---

<sup>3</sup> Nota do autor: utilizamo-nos, para as citações do relato da viagem de Palheta, a publicação contida na obra Caminhos antigos e povoamento do Brasil de Capistrano de Abreu, edição conjunta das editoras Itatiaia e Edusp de 1988. Essas citações foram devidamente cotejadas com o manuscrito do relato existente da Torre do Tombo (Portugal) e da cópia impressa do mesmo documento existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que publiquei como o anexo II de minha obra Caiari em 1986, todas referenciadas ao final do presente artigo.

Rosa), três canoas, guarnecidas por 118 pessoas, sendo 30 com armas de fogo e 88 índios com flechas.

Após as salvas e as despedidas, as embarcações tomaram a direção de um ancoradouro situado adiante, onde todos desembarcaram para ir até a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a quem se encomendaram e a tomaram como protetora, para vencerem os obstáculos do descobrimento que iam realizar.

Dali prosseguiram no rumo leste-oeste pelo Rio Amazonas até a foz do Rio Madeira, onde pernoitaram em 2 de fevereiro de 1723, somando 94 dias de viagem.

Após o percurso de 17 dias pelas margens daquele estuário, a flotilha estacionou em uma pascana usada pelos indígenas Jumas e enviou um mensageiro a Belém pedindo suprimentos e mais utensílios. Ali ergueram rústica igreja, armazém e vários tapirís para acolher a tropa, além da feitura de mais seis galeotas pequenas, para permitir a travessia de todas as embarcações nos tombos das cachoeiras. O Cabo recebera informações de que as galeras, devido ao tamanho e peso, não poderiam ultrapassar os inúmeros acidentes hidrográficos existentes nesse trecho.

Afinal, em 4 de junho o socorro chegou, apressando a conclusão dos preparativos para o prosseguimento da viagem. O militar Lourenço de Melo foi designado pelo Cabo, chefe do grupamento que ficou naquele povoado, com ordens de manter sempre muita paz entre os seus subordinados e os grupos indígenas arredios daquela área.

A viagem foi reiniciada no dia 10 de junho em 10 canoas pequenas, sendo 6 novas e 4 adaptadas as condições do próximo percurso e a primeira cachoeira denominada Maguari (atual Santo Antônio), foi alcançada no dia 22 de junho. Na travessia, a galeota conduzida pelo Ajudante Damaso Botelho alagou, com a perda do que tinha a bordo, inclusive a capa do Cabo.

A segunda cachoeira, Iaguerites (atual Salto do Teotônio), encontrada no dia 23, foi assim descrita pelo escriba da jornada:

... sem encarecimento uma figura do inferno; porque tendo em vista grandes cachoeiras como são horríveis e celebradas as do Rio Tapajós, todas as do rio Tocantins, a Taboca e as mais que se seguem pelo Rio Araguaia... nenhuma iguala e tem paridade a esta do Rio Madeira na sua grandeza e despenhadeiros de pedras, rochedos tão altos que nos pareceu impossível a passagem, como na realidade, pois, para a passarmos foi necessário fazer-se caminho cortando uma ponta de terra onde fizemos faxina, sendo o Cabo o primeiro no trabalho e dar-nos exemplo, e fizemos uma boa grade de madeira por onde se puxaram as galeotas, no dito dia se puxaram quatro...e no outro dia... se puxaram as mais e se carregaram outra vez com farinhas e munições, que as fomos comboiar mais de meia légua de caminho por terra. (ABREU, 1988, p. 121).

Na passagem da quinta cachoeira, denominada Mamiu, os viajantes gastaram três dias, por terem levado as galeotas na sirga, sem distinções de pessoas neste trabalho e todas ficaram sofridas pelas perseguições de insetos hematófagos, pois cada mordedura resultou uma sangria.

A próxima cachoeira foi alcançada no dia 28. A preparação de faxinas fez com que soldados e indígenas da guarnição adentrassem a floresta, fazendo caminhos, derrubando árvores e troncos com machados, ou retirando blocos de pedras com alavancas, antes de iniciar a travessia assim narrada:

Esta cachoeira assinalada dos Apamas é tão terrível, tão monstruosa e horrível, que aos mesmos naturais de cachoeira mete horror e faz desanimar, porque de contínuo está no mais violento curso de sua desatada corrente, o que não encareço por não ser suspeito, porém deixo à consideração e representação dos experientes, pois por muito que dissera não diria nem ainda a terça-parte do que é o que se pode perguntar igualmente assim ao Cabo e capitão como a todos os mais da companhia.

Aqui demos ordens a puxar as galeotas, e se puxaram três a meio caminho, porque uma galeota botou o beque fora cercio (sic), desfazendo a mura (sic) e as conchas que foi necessário pôr-se-lhes rodela, no outro dia se puxaram as mais; .... (ABREU, 1988, p. 122).

Ao amanhecer do dia 2 de julho, depois das galeotas consertadas e breadas, prosseguiu a jornada e só foi encontrado um porto para pernoite às 8 da noite, por causa das contínuas caídas nas beiradas, deixando muitas enseadas. Ao amanhecer,

seguiram sem acidentes até ao fim da tarde. Ao pararem no remanso final de uma cachoeira para pernoite, o tripulante Joseph Aranha disse ao Cabo, ter visto uma grande cobra boiada no rio “... *com pouco menos de 40 passos e de grossura julgaram ter 15 a 17; ...*” (ABREU, 1988, p. 123).

Após a saída do pouso, em 7 de julho, foi encontrada na floresta uma trilha de gentio próxima a margem, com indicações que estiveram ali estacionados. O Cabo, por precaução, enviou uma patrulha ao encontro deles, com recomendações de apresentar-lhes sinais de paz, prevenindo-se, porém, de qualquer ataque sorrateiro. Os patrulheiros, ao regressarem, vieram acompanhados de um grupamento de índios com suas mulheres e filhos. Inicialmente, não houve nenhum entendimento com os chegantes, por falta de interprete, até que apareceu um indígena da tropa que falava uma língua de um grupo por eles conhecida e o constrangimento acabou, até o regresso deles para suas habitações. Estavam nus e as mulheres cobriam “... o que a natureza manda ocultar ensina com uma franja de fio tecido e as suas rêdes são tecidas de fibras de madeira, chamada embira”.

No dia seguinte saíram cedo do acampamento, até encontrar o rio tapado por uma grande cachoeira:

Começamos a passar a 9 de julho e a 12 do dito é que saímos dela, e logo avistamos o apartamento do rio que vai do Sul, para onde seguíamos a nossa jornada, deixando o famoso Rio da Madeira a Oeste, entramos no dito a que os Espanhóis chamam Mamoré, nesse mesmo dia passamos dele a primeira cachoeira. (ABREU, 1988, p. 125).

Nessa confluência entre os Rios Beni e Mamoré, terminava a viagem pelo Rio Madeira. Após a missa matutina, o percurso foi reiniciado subindo o Rio Mamoré e, logo, surgiu outra grande cachoeira. A canoa do Cabo foi a primeira a passar na sirga, mas em um degrau de mais o menos seis palmos de altura foi a pique, pois os puxadores não conseguiram vencer a correnteza, perdendo-se tudo o que continha dentro, ficando o comandante da

jornada destituído de todos os seus pertences. A segunda canoa também foi a pique, mas sem nenhuma perda de bens, pois, antes de se desgarrar no tombo, ficou amarrada a uma pedra e tirada do fundo do turbilhão pelo Cabo e seus ajudantes.

As observações dos viajantes sobre como vencer aqueles embaraços, contribuíram para reiniciar a travessia das outras embarcações e de toda a carga, sem nenhum prejuízo. Passaram dois dias no lado de cima daquele acidente reparando às canoas. Na manhã do terceiro dia, a viagem prosseguiu até estacionar no porto do aldeamento dos indígenas Cavaripunas (sic) e, ali, ficaram estacionados durante dez dias confabulando com eles. Havia a promessa do cacique de vir depois contatar com os viajantes, um numeroso grupo de índios da mesma etnia, mas isto não ocorreu.

O percurso continuou até alcançar a confluência de dois rios: um de água branca (Rio Guaporé) e, o outro, de água preta (Rio Mamoré), no dia 1º de agosto, assim descrita pelo escrevente:

Este caudaloso rio d'água preta se aparta do rio branco, correndo na boca a Sueste quarta do Sul, a cujo rio chamam os espanhóis Itenis, e o dito rio branco parte a Sudoeste quarta de Oeste na entrada a que também os espanhóis chamam Mamoré. Entre estes dois rios os aposentamos em uma longa praia e areia e daqui seguimos o rio branco por nos parecer mais pequeno (como é), e este declarar sinais de habitado, porque não há estalagem de gente que nele cursa que não tenha cruz...E sendo a 6 de agosto a sentinela que fazia o quarto da lua falou a uma canoa que vinha rio abaixo com dez índios espanhóis, foi o cabo em pessoa na sua galeota tomar-lhes o encontro e falar com eles, e trazendo-os para a praia donde estávamos se informou o Cabo cabalmente e tomamos um guia para nos levar seguro ao porto da grande povoação de Santa Cruz de Cajuava ... (ABREU, 1988, p. 126).

Foi estabelecido, desse modo, o contato entre espanhóis e portugueses na confluência dos rios Guaporé (Itenes) e Mamoré. Dalí a flotilha prosseguiu contra a correnteza do curso de água preta. No dia seguinte, nas primeiras “horas de vésperas”, encontraram cinco canoas que se destinavam ao Rio Itenes e, quando os ocupantes viram os portugueses, levantaram uma cruz,

perguntando se eles eram cristãos. A resposta afirmativa fez com que todos fizessem o sinal da cruz e se aproximaram dizendo que habitavam na missão de São Pedro e, convidados pelo Cabo, dirigindo-se também até a margem, onde participaram de um jantar de confraternização.

Depois, todos prosseguiram cada qual nos rumos de seus destinos e, antes de anoitecer, a floresta começou a rarear nas margens e surgiram em seguida longos descampados estendendo-se “*pela terra a dentro*”. Viram rezes pastando, sinalizando a proximidade do povoado, e o Cabo ordenou ao Ajudante Damaso Botelho, ir comunicar ao seu regedor a chegada da diligência e sua força.

Não houve estacionamento para pernoite, pois o Cabo queria aportar nas proximidades do povoado, onde esperaria embarcado e alerta, pelo emissário que o precedera no contato.

O Ajudante e sua comitiva desembarcaram às 7 horas da manhã seguinte no porto da missão, recebendo, dos seus habitantes, efusivas manifestações de regozijo. Foram levados, em seguida, pelo povoado, entre filas de índios e, chegando à praça cumprimentaram os Padres que estavam no Colégio, sob repiques de sinos e grande alvoroço e isto até interrompeu a apresentação de músicas com órgão, cravo, clarins e charamelas. A saudação do Padre ao Ajudante foi calorosa, ao beijar-lhe a mão em nome da Santíssima Trindade. Depois o levou para um sobrado e foi cumprimentado por dois religiosos no salão aonde havia uma capelinha e no nicho a imagem do Senhor Crucificado. O emissário ajoelhou-se com reverência a sua frente, dando graças a Deus por haver chegado “na terra de cristãos”, com sucesso. Ao findar a oração, os padres o conduziram até a mesa, oferecendo-lhe assento e, pondo-se em silêncio, foi este interrompido pelo Ajudante, ao efetuar o seguinte pronunciamento:

Reverendíssimos Padres, nos somos vassalos do Senhor Rei D. João V, de Portugal, que Deus guarde. E por notícias e sinais que se viu nesse Rio de muitas cruces,

resolveu o Senhor João de Maia da Gama, nosso Excelentíssimo Governador e Capitão-General, a mandar dez galeotas armadas em guerra com infantaria cravineiros a fazer descobrimentos, e trazemos um Sargento-Mor por Cabo de tropa, o qual me envia a dizer a aãVossas Reverendíssimas que se não alterem, nem a gente desse povo, pois vem com todo o sossego, paz e quietação, até chegar aqui, e por razão de estado me enviou a dar parte a Vossas Reverendíssimas e ao regedor desse povo, para que assim se não assustem com sua entrada. (ABREU, 1988, p. 127-8).

A prédica foi respondida pelo padre Miguel Sanches de Arquino, esclarecendo que há muitos eles esperavam a vinda dos portugueses naquelas índias. Em seguida, fez-lhe a primeira pergunta: Quanta gente trás? Resposta: 118 pessoas. A segunda pergunta foi: O Cabo é cavaleiro? Resposta: Sim. É um dos principais da terra na Capitania do Pará. Veio, a seguir, a terceira pergunta: A diligência trás missionário e de que religião? Resposta: Sim. Somente um clérigo, por capelão. Última pergunta: E os nomes do Cabo e de seus subordinados? A resposta veio logo, com a declaração dos nomes do Cabo, Capitão, Capelão e do seu nome como Ajudante.

Replicou então o Padre Miguel, que ia ordenar ao Irmão Olibério Nogueira para, com sua mercê, receber o Cabo com votos de estimação pela sua vinda àquela povoação e, não só lhe mandava beijar os pés, mas oferecer-se para lhe obedecer em tudo "... pois entrava nessa terra na hora de Deus". Afirmou, ainda, estar tudo ali sossegado, pois nem a cortesia dos honrados e valorosos portugueses podia alterar os corações e, o seu, estava aberto para nele e nos seus braços, os receber com grande gosto.

Após abraçar o Ajudante, os padres o levaram ao porto debaixo de um chapéu de sol trançado com penas de avestruz. Ao embarcar na galera, acompanhado do Irmão Olibério, dos Capitães, Alcaldes e administradores indígenas da missão, ele deu tiros para avisar o Cabo que se postara na margem oposta aguardando o seu regresso.

Os emissários foram recebidos com salvas e, após os cumprimentos com o recebimento das mensagens, o comandante deu as ordens para a travessia.

A população do povoado, de dois mil habitantes, estava comprimida no porto para apresentar alvíssaras aos chegantes, conduzidos por eles, com vivas, até à praça do Colégio onde estavam os padres. As três portas da igreja foram abertas e os sinos repicaram, com charamelas, clarins e órgão, entoando músicas de regozijo.

O templo e o altar mor da igreja estavam ornamentados com velas de libra acesas e, sob grande assistência, houve a celebração da missa e proferidas salvas, ladainha, benditos e, depois do “Tantum Ergo”, o Cabo foi conduzido pelos Padres, “em braços”, para a grande casa onde ficou hospedado. Antes do jantar festivo, houve longa conversação entre ele e os sacerdotes da redução.

Após o café da manhã, chegou a Padre João Batista de Bosson (sobrinho do Duque de Banhos), missionário da missão de Santa Ana, vindo, depois, os Padres Gaspar do Prado, da missão de São Miguel de Moxoquinhos, e Nicolau de Vargas, da missão de São Pedro dos Moxos.

No dia seguinte, 10 de agosto, o capelão da jornada celebrou a missa solene com assistência da população e administradores indígenas da missão, situada a 14º e meio ao Sul, jurisdicionada a cidade de Santa Cruz de Lacerda (sic) estabelecida a 17º, governada por D. Luiz Alvarez Gato, sendo bispo da diocese D. Leonardo de Valdimia Arcaia.

Foi comunicado ao Cabo que o povoado de Santa Cruz de Cajuava é administrado por indígenas com a seguinte disposição: dois regedores, dois capitães e dois alcaides, sob a supervisão dos sacerdotes, pois sacramentam todos os atos dos missionados e decidem o destino de tudo o que por eles é produzido: gados, tapetes, cera branca, arroz, milho, fios, panos, tudo, enfim, é

remetido para Santa Cruz de Lacerda (sic) e de lá vem ferramentas, utensílios e o mais que necessitam na missão.

A ordem de despedida foi dada pelo Cabo no dia 11 de agosto, pois a determinação que recebera era de não passar além de três dias em cada povoação que visitasse. Antes, porém, teriam de confessar, por causa das “terribilidades e riscos de vida nas cachoeiras e todos assim fizeram”.

Às 3 da tarde os viajantes reuniram-se na igreja por ordem do Cabo e, depois das orações, todos beijaram o santo lenho e receberam a benção papal que aqueles sacerdotes, com grandes indulgências, concedem por privilégio particular e, depois dessa cerimônia:

Propôs de novo o nosso Cabo a estes Padres publicamente, recomendando e requerendo da parte do nosso Excelentíssimo General, e em virtude do Tratado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assinalava de hoje por diante não passassem para baixo da boca dos rios Mamoré e Itenis, nem interessassem daí para baixo gentildade alguma, por estes pertencerem ao sereníssimo senhor nosso Rei de Portugal, pois de 1639 que senhoriava o rio das Amazonas até a laguna onde se achavam os marcos pertencentes a coroa de Portugal e 400 léguas da boca do rio Madeira até o dito marco, como diz o Padre Acuña no seu livro Maranhão, e quando excedam, fazendo o contrário do requerimento, que inda Sua Majestade que Deus guarde tinha poderes neste Estado para fazer entregar e repor tudo o que tocasse a seus domínios e senhorios; e com estas mesmas cláusulas faríamos de nossa parte, o que ouvido pelos ditos Padres prometeram cumprir e guardar tudo acima requerido. (ABREU, 1988, p. 132).

Desta povoação a flotilha partiu, buscando o rumo do norte e gastou rio abaixo dois dias e duas noites, até a confluência dos rios Mamoré e Guaporé (Itenis), Dali a corrente do Mamoré sobe de leste a oeste, para as grandes povoações dos Baures e Moxos. A diligência, porém, seguiu pelo Rio Guaporé durante seis dias, até os currais de criação de infinitos gados e bestas, até as aldeias indígenas dos Itenis, pertencentes à missão de São Miguel e, disse-lhes o Cabo, que o seu regimento não permitia que eles ocupassem os territórios acima “de onde ele fizesse a volta para

baixo” e, na véspera do dia de São Bartolomeu, mandou levantar as ancoras das embarcações, retornando de rota batida.

A parada nas proximidades da margem onde estava à aldeia do Principal Capeju ocorreu no dia 25 de agosto, quando três tapuios, em pequena e leve ubá, se aproximaram da galeota do Cabo, para informar que o esperavam para serem “ ... compadres e amigos dos brancos”.

Ao aportar, o principal disse ao Cabo que todos queriam o batismo e ele anunciou que isto só poderia ser concedido, após aprenderem a doutrina crista. Entretanto, para isto, lhes deixava o índio catequista Manuel Camacho, esclarecendo que as crianças poderiam ser batizadas, oferecendo-se, juntamente com o Capitão, para apadrinhar aquelas que os pais apresentassem ao capelão para tal fim.

Os indígenas Cavaripunas (sic) daquele aldeamento foram, de antemão, considerados pelo Cabo “... *descidos e domésticos*”. Como prova, deixou com eles ferramentas bastantes para aprenderem a fazer roças e plantações, na forma praticada pelos índios do baixo Madeira e da Amazônia. As normas referidas - determinou -, eram destinadas aos indígenas das nações Apamas e Matires, cunhamenas desta nação Cavaripunas que, desde agora, passavam a ser consideradas “*juntas e descidas*”, destinando a elas mais ferramentas e mimos.

Após a ultrapassagem das vinte e três cachoeiras do Rio Madeira, a flotilha aportou em 9 de setembro, no arraial construído abaixo da cachoeira Maguari, comandada pelo soldado Lourenço de Melo. Ao relatar ao Cabo as ocorrências no estacionamento, aquele militar citou a deserção de três soldados volantes.

A seguir, o escrivão fez a última citação desta épica jornada: “... *finalmente chegamos a esta cidade em setembro de 1723*”.

## Conclusão

O relator é impreciso quando descreve os acontecimentos da jornada, até se deparar com o início da área encachoeirada do Rio Madeira. Daí em diante, indica melhor os fatos que lhe pareceram mais importantes: travessia dos acidentes hidrográficos; contatos que conseguiu manter com algumas tribos indígenas; ligeira identificação do lugar onde nasce o rio Madeira; viagem pelo Rio Mamoré até a sua confluência com o Rio Guaporé; prosseguimento da jornada pelas margens do Rio Mamoré até a missão de Santa Cruz de Cajuava; encontro com os missionários, administradores e habitantes da missão; conversações com os missionários de missões nas áreas dos índios Moxos; intimação aos sacerdotes espanhóis para não passarem:

... para baixo da boca dos Rios Mamoré e Itenes, nem interessassem daí para baixo gentildade alguma, por estes pertencerem ao Sereníssimo Senhor Nosso Rei de Portugal, pois desde 1639 que senhoriava o rio Amazonas ... (ABREU, 1988, p. 132).

Ao apontar a chegada da flotilha no local onde é formado o Rio Madeira, por exemplo, diz somente que:

... avistamos o apartamento do rio que vai do Sul, para onde seguimos a nossa jornada, deixando o famoso Rio da Madeira a Oeste, entramos no dito a que os Espanhóis chamam Mamoré ... (ABREU, 1988, p. 125).

A realidade é que ali começa o Rio Madeira, fixada com a junção dos Rios Beni e Mamoré e o fenômeno geográfico assegura ao estuário que prossegue para o Sul a denominação de Mamoré, por ser mais caudaloso.

Além, há outra apartação dos Rios Mamoré e Guaporé, sendo que as nascentes do rio Mamoré situam-se próximas à cidade de Santa Cruz de La Sierra, nas abas dos Andes.

As vertentes do Rio Guaporé, por sua vez, ficam entre os talhadões da Cordilheira dos Parecis, estendendo-se pela sua

margem direita, dali até ao Rio Madeira, na junção dos Rios Beni e Mamoré, com a indicação dominial representada pelos aldeamentos de indígenas Cavaripunas ou Caripunas e de outros grupos étnicos, que o Cabo considerou “descidos e domésticos”.

Os descendentes desses ameríndios considerados descidos e domésticos, apartados naquele momento, venceram ao longo do tempo as etapas da plena inclusão na sociedade brasileira - prevista por Oliveira Viana: “... *vindas da terra, vindas do homem, vindas da sociedade e vindas da história, passando por fatores étnicos, fatores econômicos, fatores geográficos, fatores históricos, fatores climáticos ...*” (VIANNA, 1956, p. 30) e, juntos a outros grupos pacificados, como eles, ajudaram os chegantes a criar, no extremo oeste da Amazônia, uma das regiões mais prósperas e singulares da nossa Pátria.

E esta determinação do Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta, revela à humanidade como o sentimento mais admirável de sua formação castrense, sobrepondo-se a outros atributos por ele revelados nessa jornada: decisão, coragem, força de vontade, ousadia, autoridade, iniciativa, orientação, energia, exemplo e camaradagem.

## Referencias bibliográficas

### Livros

*A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira e o documento da narração da viagem.* In: ABREU, J. Capistrano. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ACUÑA, Padre Cristobal de. *Descobrimento do Rio das Amazonas.* Tradução de C de Melo Leitão. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará.* Série José Veríssimo 1ª Ed. Belém: 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Guaporé: Fator Geopolítico.* Anais: Congresso comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil... IHGB. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Vol. II, 1963.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

\_\_\_\_\_. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Cultrix, 1969.

FONSECA, Hélio. *Os Mistérios de Balsemão*. Porto Velho-RO: Jornal “O Guaporé”, 24/03/ 1981.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil*. (1836-1897). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relação do Novo Descobrimento do Famoso Rio Grande que descobriu por grande ventura o capitão Francisco de Orellana (1541-1542)*. Tradução de C. Melo Leitão: São Paulo: 1941.

GODOY, Coronel Carlos Augusto. *Amazônia: Perspectivas e Prospectivas*. Monografia. Brasília, 1984.

HUGO, Vitor. *Desbravadores*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *Caminho de Chiquitos Às Missões Guaranis*. (1690/1718). Tese de Docência. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia. 1957.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé: Século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

MENACHO, Antônio. As Missões entre os Mojos in HOORNAERT, Eduardo (Org). *Das Reduções Latino-Americanas às Lutas Indígenas Atuais*, CEHILA. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

PINTO, Emanuel Pontes. *Caiarí: Lendas, Proto-História e História*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1986.

\_\_\_\_\_. *Território Federal do Guaporé: Fator de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil*. Dissertação de Mestrado. IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro: Viaman Gráfica e Editora Ltd. 1992.

\_\_\_\_\_. *Urucumacuan: Mitos, Lendas, Tradições e História*: Curitiba-PR: Editora Ithala, 2012.

SILVA, Luciano Pereira da. *Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral*. In: DIAS, Carlos Malheiros; GAMEIRO, Alfredo Roque e VASCONCELLOS, Ernesto Julio de Carvalho e (coords.). *História da colonização portuguesa do Brasil: edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*, V. I, cap. IV, pp. 231-261. Porto: Litografia nacional, 1921.

### Fontes Primárias

Real Arquivo da Torre do Tombo: -Lisboa-Portugal-. Tomo 1º, de Papéis Varios, folhas 149 até 155 verso. *Narração da Viagem de Descobrimento que fez o Sargento Mor Francisco de Mello Palheta, no Rio Madeira e suas vertentes ... desde 11 de novembro, até 12 de setembro de 1723.*

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *Narração das Viagens que fez Francisco de Melo Palheta.* 20 Fotogramas. Seção de Manuscritos. 7, 3, 1, nº 7 – (Autorizado em 01/08/1984).